



MEALHADA 2012

PRESTAÇÃO DE CONTAS



Município de Mealhada

ÍNDICE

Índice	2
1 - INTRODUÇÃO	4
1.1 – Nota prévia	4
1.2 – Relatório de atividades desenvolvidas	6
2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL	17
2.1 – Execução orçamental.....	17
2.2 – Execução patrimonial	18
3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO	21
3.1 – Orçamento global	21
3.2 – Orçamento da receita	23
3.2.1 – Receitas correntes	23
3.2.2 – Receitas de capital	26
3.3 – Orçamento da despesa	26
3.3.1 – Despesas correntes.....	28
3.3.2 – Despesas de capital	29
3.3.3 – Equilíbrio orçamental	30
3.3.4 – Encargos assumidos e não pagos	31
3.3.5 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso.....	32
4 - LIMITES LEGAIS	34
4.1 – Limites ao endividamento	34
4.1.1 – Limite de endividamento com empréstimos de curto prazo	34
4.1.2 – Limite de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo.....	34
4.1.3 – Limite do endividamento líquido municipal	35
5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	38
5.1 – <i>Balanço</i>	38
5.2 – <i>Demonstração de resultados</i>	44
6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS	48
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	79
8.1 – <i>Caracterização da Entidade</i>	79
8.2 – <i>Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados</i>	79

MA AR
O
r

INTRODUÇÃO





1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Nota prévia

O presente relatório foi elaborado nos termos do ponto n.º 13 do POCAL (Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro), com observância dos pressupostos legais da legislação aplicável, de modo a facilitar uma análise detalhada e exaustiva de toda a atividade desenvolvida pelo município de Mealhada, da execução orçamental durante o ano económico de 2012 e da situação financeira e patrimonial do município no final desse período.

Os documentos de prestação de contas que aqui se apresentam, para efeitos de apreciação pelos órgãos autárquicos competentes, Câmara e Assembleia Municipal (nos termos do disposto no art.º 64, nº 2, alínea e), e 49º, nº 2, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro), traduzem os níveis de execução da atividade municipal e a situação económico-financeira do município, bem como as respetivas evoluções em relação aos exercícios anteriores.

O relatório de gestão do município de Mealhada, relativo ao ano de 2012, é o principal documento de prestação de contas. Trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e avaliação, não apenas porque evidencia a situação económico-financeira no final do período a que se reporta, mas também porque permite tirar conclusões fiáveis sobre a eficiência dos meios afetos à execução das atividades desenvolvidas e sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objetivos enunciados e aprovados pelos órgãos autárquicos competentes.

O orçamento do município para 2012 foi elaborado de forma a dar cumprimento aos princípios orçamentais, contabilísticos e de controlo interno definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Assim, e nos termos do artigo 6º do POCAL, são apresentados como documentos de prestação de contas, entre outros, os seguintes mapas:



- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimento;
- d) Mapas de execução orçamental;
- e) Balanço;
- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

O princípio do equilíbrio orçamental bem como todas as condições e formalismos legalmente exigidos, foram respeitados na execução do orçamento de 2012.

1.2 - Relatório de atividades desenvolvidas

No orçamento e opções do plano de 2012 o executivo propôs-se garantir e afirmar a continuidade do projeto que assumiu perante a população e reforçar o compromisso social, indispensável à minimização dos efeitos provocados pela grave crise económica, financeira e social.

A execução orçamental espelhada no presente relatório reflete o esforço, a capacidade de gestão e o grau de desempenho alcançado.

Assente numa filosofia de coerência, responsabilidade e rigor, o executivo realizou os objetivos de curto prazo promotores de bem-estar social e qualidade de vida dos munícipes e alicerçou uma estratégia de desenvolvimento sustentado e sustentável, fundamentais ao posicionamento do concelho no novo quadro da estratégia 2020.

O concelho de Mealhada conquistou uma posição de relevo ao nível da excelência dos indicadores de desenvolvimento económico e social; apresenta um território estruturado e qualificado; consolidou políticas promotoras de coesão, equidade e qualidade de vida; valorizou e apostou no capital humano do concelho e centrou a sua ação nos seus recursos e nas suas gentes.

Neste contexto, o exercício de 2012, caracterizado por uma conjuntura adversa, de forte contração económica e financeira, agravada e condicionada pela política de estrangulamento e asfixia do poder local, com cortes nas transferências para as autarquias locais e medidas altamente penalizadoras e empobrecedoras para os trabalhadores, para os empresários, para as instituições e para as famílias, exigiu do executivo uma maior flexibilidade e capacidade de resposta às necessidades emergentes da situação.

O executivo apresentou, para o ano 2012, um orçamento de responsabilidade para com a educação, para com a economia, para com o ambiente, para com

a cultura, para com o desporto e, principalmente, um orçamento de responsabilidade para com a população do concelho.

Assim, as opções do plano propunham para o ano de 2012, reforçar a competitividade e sustentabilidade do concelho; reforçar a equidade e a coesão social; promover a inovação e o empreendedorismo; apostar na educação e igualdade de oportunidades; intensificar ações de ordenamento e valorização do território, propostas de reforço de políticas e estratégias, promotoras de modernidade e solidariedade.

Encerrado o exercício de 2012 e perante a presente prestação de contas, verifica-se que foram concretizadas as propostas apresentadas pelo executivo, de forma planeada e estruturada, apesar do peso da burocracia e dos constrangimentos decorrentes da lei da contratação pública que atrasam e adiam a execução dos projetos.

O presente documento demonstra um elevado nível de atividade e uma excelente execução orçamental que sublinham e reforçam o empenho, dedicação, rigor e determinação com que o executivo realizou a sua atividade.

A qualidade e pertinência dos investimentos realizados e em curso, a importância estratégica dos projetos materiais e imateriais, desenvolvidos e em desenvolvimento, associados ao crescente envolvimento dos agentes económicos e da sociedade civil no processo de construção de um município moderno, acolhedor, atrativo e solidário certificam o grau de responsabilidade e competência demonstrada.

Execução de lombas e passadeiras elevadas no concelho de Mealhada



**Pavimentações da estrada Póvoa do Garção - Barregão e outras
pavimentações na Póvoa do Garção**



M. S. S.
2

Pavimentações na freguesia de Pampilhosa



Trabalhos de conservação do parque de campismo do Luso



Requalificação do parque desportivo do Luso



Execução do relvado sintético no campo de futebol municipal Germano Godinho em Pampilhosa



M
A
S
D.
P
→



Construção de passeios na rua do Luso na Pampilhosa



Centro escolar do Luso





Aquisição das antigas instalações do Instituto da Vinha e do Vinho



Reparação de pista de atletismo no centro de estágios do Luso



Trabalhos de requalificação da piscina municipal Mealhada



Handwritten signature and initials in blue ink.

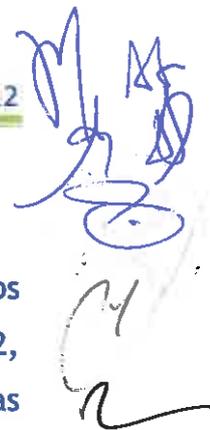
Aquisição de parte dos terrenos da Soprem na Pampilhosa



ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

2012





2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Pretende-se com este capítulo apresentar, de forma sintética, os elementos mais relevantes da execução orçamental e patrimonial do ano 2012, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução das suas principais variáveis.

2.1 - Execução orçamental

Receitas

No exercício económico de 2012, o orçamento inicial da receita do Município de Mealhada fixou-se em 15.435.865 euros. Durante o período em análise, foi reforçado em 4.002.131 euros, maioritariamente pelo englobamento do saldo de gerência de 2011, aumentando assim o montante da receita para 19.437.996 euros.

A receita cobrada fez um total de 18.925.013 euros. Este valor reparte-se por receitas de natureza corrente, capital e outras receitas, com os valores de 10.633.546 euros, 4.287.018 euros e 4.004.449 euros, respetivamente.

Atinge-se, assim, uma execução orçamental de 97%, sendo a execução da receita corrente de 103% e a de capital de 84%.

Principais fontes de receita:

	Valor	%
● Fundos municipais	5.129.667	27,11
● Receitas próprias	5.120.648	27,06
● Venda bens investimento	1.243.906	6,57

Despesas

O orçamento da despesa referente ao ano de 2012, apresentava inicialmente um valor de 15.435.865 euros. Foi reforçado pelo montante de 574.073 euros, o que originou um total final de 16.009.938 euros, dos quais foram realizados 12.015.266 euros e pagos 12.015.266 euros.

Saliente-se ainda que, em valores globais, a execução orçamental atingiu os 75%. Uma análise mais detalhada permite observar que, a execução corrente apresenta valores na ordem de 87% sendo mais significativa que a execução de capital que atingiu os 58%.

Convém vincar, que pelo sétimo ano consecutivo, o Município de Mealhada concluiu o exercício económico sem qualquer pagamento em atraso.

Principais agregados da despesa:

	Realizada	%	Paga	%
● Despesas com pessoal	4.341.583	36,13	4.341.583	36,13
● Aquisição bens e serviços	3.174.455	26,42	3.174.455	26,42
● Investimentos	2.838.282	23,62	2.838.282	23,62

2.2 - Execução patrimonial

Balanço

No período em análise, o ativo alcançou o total de 74.020.058 euros, com as imobilizações a apresentar o maior peso das rubricas que o compõem.

Os fundos próprios atingiram o montante de 63.354.042 euros, enquanto o passivo ficou pelos 10.666.016 euros.



Demonstração de resultados

No exercício de 2012, alcançou-se um resultado líquido de 2.366.855 euros, fruto de 14.150.234 euros de proveitos e ganhos e de 11.783.379 euros de custos e perdas.

Saliente-se o facto do resultado líquido do exercício, face ao ano anterior, ter tido uma variação positiva de cerca de 200%.

Operações de tesouraria

O saldo de gerência transitado foi de 417.085 euros, sendo os movimentos de entradas e saídas de operações de tesouraria de 813.307 euros e 850.475 euros respetivamente. Estes valores resultam num saldo para a gerência seguinte no montante de 379.917 euros.

Contas de ordem

No que respeita a garantias e cauções tituladas por papel, prestadas por terceiros, apurou-se um saldo final de 4.264.587 euros. Este saldo é resultado dos movimentos, ocorridos no exercício, relativos a garantias prestadas, no montante de 181.671 euros, referentes a garantias devolvidas e acionadas, no valor total de 912.080 euros, e do saldo transitado da gerência anterior de 4.994.996 euros.

Saldos de gerência de 2012 para 2013

	Valor
● Saldo de execução orçamental	6.950.043
● Saldo de operações de tesouraria	379.917
● Saldo de garantias e cauções	4.264.587

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

2012



3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

3.1 - Orçamento global

Com o objetivo de avaliar a fiabilidade do orçamento apresentado bem como a capacidade financeira da sua execução, apresenta-se o quadro abaixo indicado, com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e os respectivos desvios.

Quadro nº 1
Execução do orçamento para o ano de 2012

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO (c)	DESVIO (c) - (b)	TAXA DE EXECUÇÃO
	INICIAL (a)	FINAL (b)			
RECEITAS	15.435.865,00	19.437.995,53	18.925.013,08	-512.982,45	97,36%
Correntes	10.339.387,00	10.339.389,00	10.633.545,86	294.156,86	102,85%
Capital	5.096.477,00	5.096.478,00	4.287.018,31	-809.459,69	84,12%
Rep. não abat. nos pag.	1,00	1,00	2.321,38	2.320,38	232138,00%
Saldo gerência anterior		4.002.127,53	4.002.127,53	0,00	100,00%
DESPESAS	15.435.865,00	16.009.938,00	12.015.266,00	-3.994.672,00	75,05%
Correntes	8.644.233,00	9.218.306,00	8.063.289,92	-1.155.016,08	87,47%
Capital	6.791.632,00	6.791.632,00	3.951.976,08	-2.839.655,92	58,19%

O total do orçamento aprovado para o ano de 2012 foi de 15.435.865 euros, sendo o total da receita efetivamente cobrada de 18.925.013 euros e o total da despesa executada de 12.015.266 euros.

A cobrança de receita atingiu o montante de 10.633.546 euros de receitas correntes e 4.287.018 euros de receitas de capital, originando deste modo elevadas taxas de execução quer ao nível das receitas correntes (102,85%) quer das de capital (84,12%).

A missão do município como estratégia do desenvolvimento local e o seu empenho na concretização dos objetivos propostos para o exercício

económico de 2012, está, de igual forma, refletido no grau de execução apresentado ao nível das despesas (75,05%).

As elevadas taxas de execução obtidas, revelam que o município de Mealhada continua a manter o efectivo controlo do orçamento e demonstram o rigoroso cumprimento das regras previsionais aquando da elaboração do mesmo.

A análise seguinte apresenta a evolução global das receitas e das despesas observando o comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e de capital.

Quadro nº 2 Evolução orçamental

DESIGNAÇÃO	ANO 2011	ANO 2012	EVOLUÇÃO %
RECEITAS	16.832.476,22	18.925.013,08	12,43
Correntes	10.843.773,90	10.633.545,86	-1,94
Capital	4.383.187,25	4.287.018,31	-2,19
Outras receitas	1.605.515,07	4.004.448,91	149,42
DESPEASAS	12.881.750,08	12.015.266,00	-6,73
Correntes	8.860.308,67	8.063.289,92	-9,00
Capital	4.021.441,41	3.951.976,08	-1,73

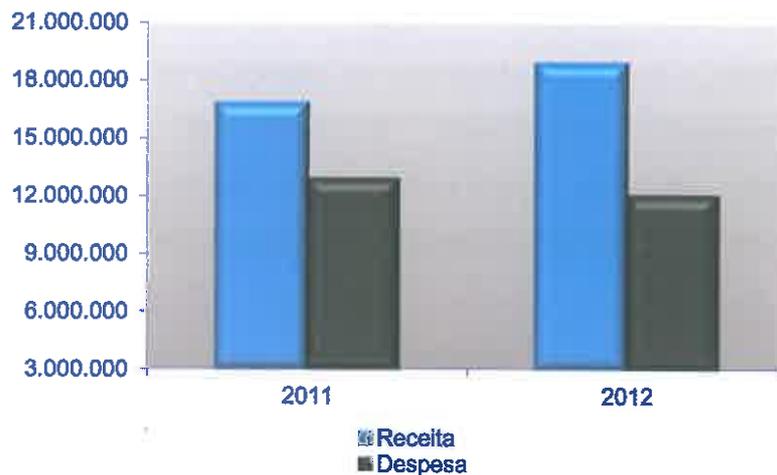
O quadro acima indicado, apresenta uma variação positiva da receita, caracterizada obviamente pela inclusão do saldo de gerência, uma vez que tanto as receitas correntes como as de capital apresentam um decréscimo. Esta diminuição, impulsionada pela atual crise económica e financeira, e da qual o concelho de Mealhada não se exclui, evidencia a redução efectiva das transferências do orçamento de estado.

No que respeita à despesa, e mais uma vez fruto das condicionantes económicas atuais, verifica-se uma redução relativamente ao exercício anterior. À semelhança do ano transato, continuou a existir obra mas ainda sem reflexo na execução orçamental. Por outro lado, há que realçar que o

decréscimo não é significativo, provando, mais uma vez, o rigor na elaboração do orçamento, sem empolamentos e com observância das regras previsionais.

O gráfico a seguir apresentado evidencia a evolução verificada nos últimos dois anos:

Gráfico n°1
Evolução orçamental



3.2 - Orçamento da receita

O presente ponto consubstanciará a análise do desempenho da receita ao nível da previsão e da cobrança, de eventuais desvios, bem como da taxa de execução alcançada, tendo como referência a apreciação da estrutura orçamental.

3.2.1 - Receitas correntes

As receitas correntes, que pela sua natureza assumem um papel importante na gestão financeira do município, permitindo financiar um conjunto relevante de despesas obrigatórias, apresentam um montante cobrado de 10.633.546 euros, ao qual corresponde uma taxa de execução de 103%.

O ponto 3.1.1 do POCAL, no qual está preconizado o princípio do equilíbrio orçamental, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Na realidade, no município de Mealhada, o total de receita corrente cobrada de 10.633.546 euros, permitiu suportar o total das despesas correntes realizadas e ainda obter uma parcela bastante significativa para a realização de investimentos (2.570.256 euros).

Assim, à semelhança de anos anteriores, no exercício de 2012, o princípio do equilíbrio orçamental manteve-se presente na gestão orçamental desenvolvida pela autarquia, originando, efectivamente, a formação de uma poupança corrente que permitiu financiar as despesas de capital.

Quadro nº 3
Estrutura e execução das receitas correntes

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
01	Impostos diretos	1.784.369,00	17,26	1.946.170,37	18,30	161.801,37	109,07
02	Impostos indiretos	232.404,00	2,25	447.596,58	4,21	215.192,58	192,59
04	Taxas, multas e outras penalidades	162.592,00	1,57	173.079,45	1,63	10.487,45	106,45
05	Rendimentos de propriedade	578.452,00	5,59	578.309,73	5,44	-142,27	99,98
06	Transferências correntes	4.906.568,00	47,46	4.900.629,92	46,09	-5.938,08	99,88
07	Venda de bens e serviços	2.674.999,00	25,87	2.553.801,80	24,01	-121.197,20	95,47
08	Outras receitas correntes	5,00	0,00	33.958,01	0,32	33.953,01	679.160,20
TOTAL		10.339.389,00	100,00	10.633.545,86	100,00	294.156,86	102,85

Analisando o quadro nº 3 e comparando o valor total orçado das receitas correntes com o efetivamente arrecadado, constata-se que a respetiva taxa de execução atingiu os 102,85%. Para tal, contribuí o facto de todos os capítulos, da receita corrente, apresentarem taxas de execução bastante elevadas.

Do conjunto das receitas correntes, as que apresentam maior peso, representando 94,24% das receitas cobradas, são as receitas fiscais, transferências correntes e a venda de bens e serviços.

Os recursos locais, constituídos por todas as receitas que a autarquia cobra no âmbito das competências que lhe são atribuídas pela Lei das Finanças Locais e que não têm qualquer dependência de entidades terceiras, totalizaram 5.120.648 euros, representando 48,15% dos recursos correntes. Esta percentagem é reveladora do grau de auto financiamento do município.

As transferências correntes, com um peso de 46,09%, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do orçamento de estado, nomeadamente, o fundo de equilíbrio financeiro (FEF), o fundo social municipal (FSM) e a participação fixa no IRS, bem como outras transferências, das quais se destacam as provenientes da transferência de competências em matéria de educação.

A venda de bens e serviços merece igualmente uma referência. Com um peso de 24%, no total da receita cobrada, reflete a importância dada, pelo município, ao desenvolvimento das suas competências e atividades, na prossecução do interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas, nomeadamente no que respeita aos domínios sociais, económicos, culturais e desportivos.

A.
D.
C.
M.

3.2.2 - Receitas de capital

Quadro nº 4
Estrutura e execução das receitas de capital

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXEC. %
09	Venda de bens investimento	1.800.004,00	35,32	1.243.905,60	29,02	-556.098,40	69,11
10	Transferências de capital	2.946.471,00	57,81	2.639.670,47	61,57	-306.800,53	89,59
11	Ativos financeiros	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
13	Outras receitas de capital	350.001,00	6,87	403.442,24	9,41	53.441,24	115,27
TOTAL		5.096.478,00	100,00	4.287.018,31	100,00	-809.459,69	84,12

As transferências de capital, com um peso de cerca de 62% das receitas cobradas, continuam a representar o núcleo essencial das receitas de capital.

Os valores arrecadados pelo Município relativos à venda de bens de investimento ascenderam a cerca de 1,24 milhões de euros e refletem a venda dos lotes de terrenos da zona industrial da Bairrada/Pedrulha, representando cerca de 29% do total da receita cobrada.

3.3 - Orçamento da despesa

Este ponto versará sobre a análise da despesa na ótica da classificação económica, identificando o destino privilegiado das despesas - correntes ou de capital, bem como a sua natureza - custos com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, etc.

Proceder-se-á à comparação entre os valores orçamentados e os valores executados, o que permitirá avaliar o grau de realização das despesas e evidenciar os eventuais desvios e será abordada, igualmente, a despesa assumida e não paga até ao final do ano económico.

O quadro nº 5 resume, na ótica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada pelo município, comparando os valores previstos com os realmente pagos.

Quadro nº 5
Estrutura e execução da despesa

CAPÍTULOS	DESPESA ORÇADA	%	DESPESA PAGA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
Despesas correntes	9.218.306,00	57,58	8.063.289,92	67,11	-1.155.016,08	87,47
01-Despesas pessoal	4.588.741,00	49,78	4.341.583,49	53,84	-247.157,51	94,61
02-Aquis. bens/serviços	3.985.500,00	43,23	3.174.454,93	39,37	-811.045,07	79,65
03-Juros outros encarg.	52.275,00	0,57	45.870,94	0,57	-6.404,06	87,75
04-Transf. correntes	488.439,00	5,30	415.985,44	5,16	-72.453,56	85,17
06-Out. desp. correntes	103.351,00	1,12	85.395,12	1,06	-17.955,88	82,63
Despesas de capital	6.791.632,00	42,42	3.951.976,08	32,89	-2.839.655,92	58,19
07-Aquis. bens capital	5.293.652,00	77,94	2.838.282,04	71,82	-2.455.369,96	53,62
08-Transf. de capital	531.806,00	7,83	521.387,07	13,19	-10.418,93	98,04
09-Ativos financeiros	6,00	0,00	0,00	0,00	-6,00	0,00
10-Passivos financeiros	966.166,00	14,23	592.306,97	14,99	-373.859,03	61,31
11-Out. desp. capital	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
TOTAL	16.009.938,00	100	12.015.266,00	100	-3.994.672,00	75,05

Comparando o valor total orçado da despesa com o efetivamente pago, obtém-se uma taxa de execução de 75,05%, correspondente a uma variação negativa de 3.994.672 euros.

Do montante das despesas totais pagas pelo município de Mealhada, que se cifrou em 12.015 milhares de euros, cerca de 33% são referentes a despesas de capital.

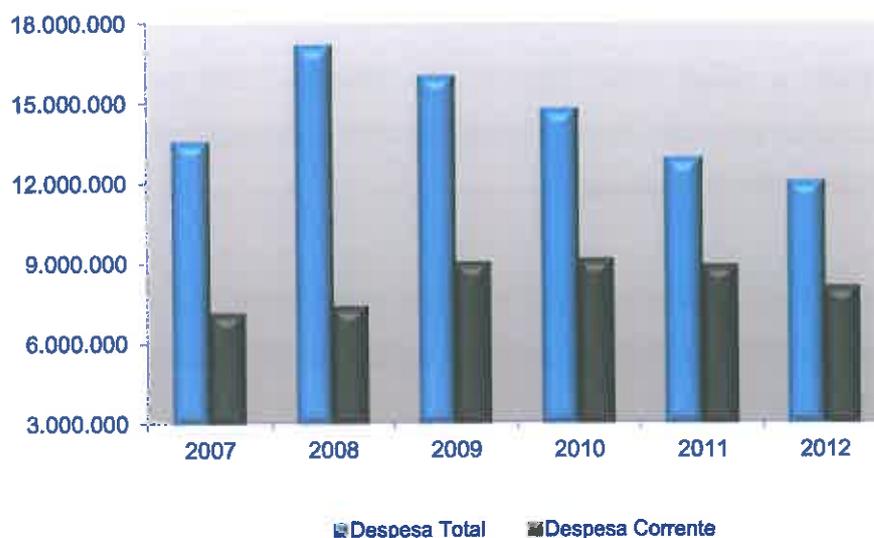
3.3.1 - Despesas correntes

As despesas correntes apresentam uma execução orçamental de 87,47%. O total da despesa paga, atingiu, no exercício de 2012, o valor de 8.063 milhares de euros, correspondendo a cerca de 67% das despesas totais.

Da análise estrutural da componente corrente da despesa, realça-se a importância das despesas com pessoal, que representam 49,78% da despesa corrente orçada e 53,84% da despesa corrente paga, com uma taxa de execução que atinge os 94,61%. Esta rubrica, em conjunto com as aquisições de bens e serviços, representam 93,21% da despesa corrente paga.

Com uma taxa de execução de cerca de 80%, as despesas com a aquisição de bens e serviços são as que evidenciam um maior desvio. Este facto é reflexo da mais - valia associada à contratação centralizada de bens e serviços transversais ao município e da racionalização da despesa com as compras públicas.

Gráfico nº2
Evolução despesa corrente



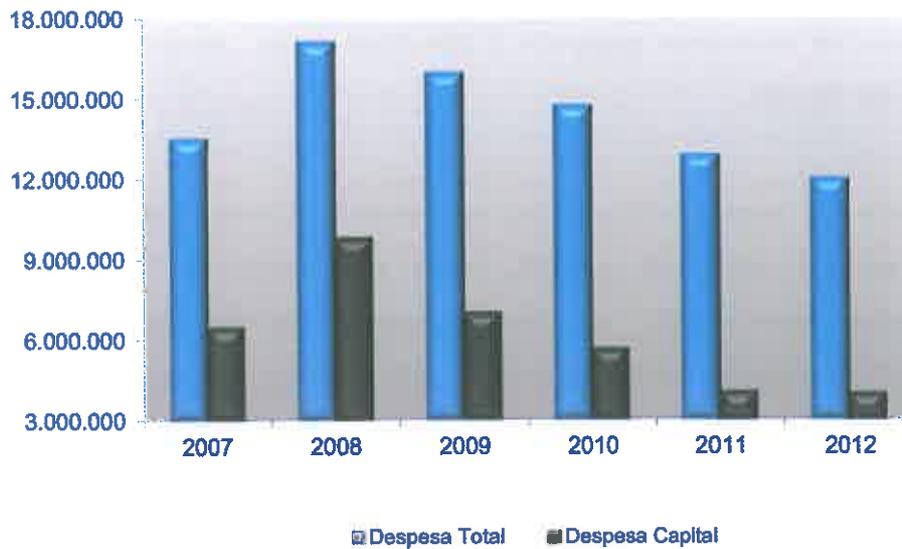
3.3.2 - Despesas de capital

As despesas de capital, que representam cerca de 33% das despesas totais, totalizaram um montante pago de 3.951.976 euros, atingindo uma taxa de execução de 58,19%.

Do conjunto das despesas de capital, o capítulo mais representativo refere-se à aquisição de bens de capital, com um valor de 2.838.282 euros, constituindo, deste modo, um dos agrupamentos de despesa que maior dotação de recursos absorveu durante o ano de 2012, representando cerca de 24% da despesa total do município.

Uma análise mais detalhada da execução deste agregado, e da qual é demonstrativo o Plano Plurianual de Investimentos, permite concluir que grande parte do investimento municipal aqui representado (cerca de 79%), é consubstanciado essencialmente pela aquisição/construção de edifícios (aquisição das antigas instalações do Instituto do Vinho e da Vinha, empreitada de construção do centro escolar do Luso, execução de relvado sintético no campo de futebol municipal Germano Godinho na Pampilhosa, conservação das instalações da piscina municipal de Mealhada, reparação da pista de tartan do centro de estágios do Luso), aquisição de terrenos (parte dos terrenos da Soprem na Pampilhosa), construções diversas (execução de passeios na rua do Luso na Pampilhosa) e habitações (arranjos exteriores do bairro social do Canedo).

Gráfico nº3
Evolução despesa capital



3.3.3 - Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, tal como já referido neste relatório.

O simples cumprimento deste princípio, implica que as receitas correntes cubram as despesas correntes. Ir mais longe, permite afetar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita corrente, denominada poupança corrente.

Ora, já os valores orçamentados previam uma poupança corrente de 1.695.154 euros. Aquilo que se veio a verificar foi uma poupança corrente executada de cerca de 2.570.256 euros, ou seja superior em 875.102 euros relativamente ao previsto.

Com uma poupança corrente capaz de financiar as despesas de capital em 65,04%, a execução do orçamento do município de Mealhada mais que cumpre este princípio orçamental.

Gráfico n°4
Poupança corrente



3.3.4 - Encargos assumidos e não pagos

Quadro n° 6
Posição da despesa

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	FATURADA	PAGA	DÍVIDA	TAXA REALIZAÇÃO
Despesas correntes	9.218.306,00	8.063.289,92	8.063.289,92	0,00	100,00%
Despesas capital	6.791.632,00	3.951.976,08	3.951.976,08	0,00	100,00%
Total	16.009.938,00	12.015.266,00	12.015.266,00	0,00	100,00%

A comparação da despesa orçada com a efetivamente paga, permite inferir um nível de execução orçamental na ordem dos 75%. Contudo, comparando o total da despesa realizada (despesa faturada) com a despesa paga, verifica-se uma taxa de realização de 100%.

Esta taxa de realização reflete a política contínua seguida pelo município em termos de cumprimento atempado das suas obrigações. Para além de se revelar uma boa estratégia nomeadamente no que respeita ao endividamento municipal, traduz-se num forte impulso ao desenvolvimento do tecido económico-social, não penalizando, assim, os agentes económicos que com este município estabelecem relações contratuais.

3.3.5 - Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

No decorrer do exercício de 2012, entrou em vigor a Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, bem como o Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação daquela lei e à sua operacionalização.

O princípio fundamental daquele diploma é o de que a execução orçamental não pode conduzir a pagamentos em atraso ou à sua acumulação. Para tal há que adotar procedimentos mais estritos e de emergência visando o controlo dos compromissos assumidos pelas entidades públicas. Assim, e como dispõe o nº1, do artigo 5º, da lei nº8, não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis, calculados nos termos do artigo 3º. Surge aqui um novo conceito, o de fundos disponíveis, que corresponde a verbas disponíveis a muito curto prazo (90 dias) e que não se encontram comprometidas ou gastas.

No que respeita aos pagamentos em atraso, como já foi referido, este Município, concluiu, pelo sétimo ano consecutivo, o exercício económico sem qualquer pagamento em atraso, realidade que também se verificou ao longo de todo o exercício.

Por outro lado, desde a entrada em vigor daquele diploma e até final do exercício económico, o município de Mealhada dispôs sempre de fundos disponíveis em valor superior aos compromissos que assumiu.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "A. S. P." with a flourish below it.

LIMITES LEGAIS

2012



4 - LIMITES LEGAIS

4.1 - Limites ao endividamento

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 58º, do Decreto - Lei nº 32-/2012, de 13 de fevereiro, o qual estabelece as disposições necessárias à execução do orçamento do estado para 2012, conjugado com a Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, foram calculados por este município, de acordo com o disposto nos artigos 37º e 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro (lei das finanças locais), os limites de endividamento municipal para 2012, que a seguir se indicam:

	Montante
● Limite ao endividamento de curto prazo	678.903,84
● Limite ao endividamento de médio e longo prazo	6.789.038,37
● Limite ao endividamento líquido	8.486.297,96

Demonstra-se agora o cumprimento de cada um daqueles limites, pelo município, no exercício económico de 2012.

4.1.1 - Limite de endividamento com empréstimos de curto prazo

No ano 2012, o município de Mealhada, não contraiu qualquer empréstimo de curto prazo.

4.1.2 - Limite de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo

O nº 2, do artigo 39º, da lei das finanças locais estabelece que o montante da dívida de cada município, referente a empréstimos a médio e longo prazo, não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, da participação nos resultados

das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Dado que:

- O montante em dívida com empréstimos de médio e longo prazo, no final de 2012, foi de 1.516.125,77 euros. Não foi considerada a dívida do empréstimo contraído ao BPI, por se encontrar excluído do limite consagrado no nº 2 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro.
- O montante das receitas a considerar para efeitos do cálculo dos limites de endividamento é de 6.789.038,37 euros.

O município de Mealhada continua a dispor de uma confortável capacidade de endividamento que, por si só, garante a concretização dos projetos ambiciosos do executivo.

4.1.3 - Limite do endividamento líquido municipal

O endividamento líquido municipal encontra-se definido no nº 1, do artigo 36º, da lei das finanças locais, como a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Em conformidade com as disposições do artigo 37º daquele diploma, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Por outro lado, a lei do orçamento de Estado para 2012, à semelhança de anos anteriores, estabelece que o valor do endividamento líquido de cada

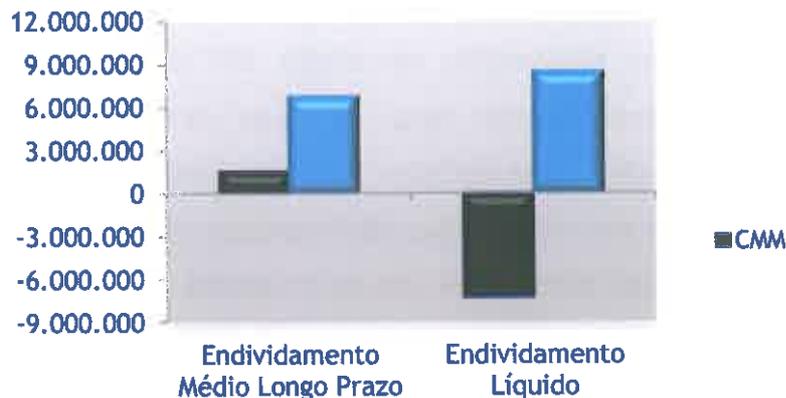
município em 31 de Dezembro de 2012, não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior.

No que respeita ao município de Mealhada, o endividamento líquido reportado a 2012 foi de -7.281.712,67 euros (passivos - ativos). Considerando o valor do limite atrás referido, 8.486.297,96, mais uma vez, e à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, o município de Mealhada manteve o seu endividamento em valores muito aquém do limite, situação que revela a perfeita saúde financeira do município e a capacidade de se lançar nos grandes desafios que se propõe para o futuro próximo.

Atendendo ainda ao valor de endividamento líquido de 2011 (-5.036.623,06), constata-se que a 31 de Dezembro de 2012, o valor de endividamento líquido não era superior ao observado no período homólogo, respeitando-se assim o estipulado no Orçamento de Estado.

Pelo exposto, e não obstante as restrições impostas pela lei das finanças locais e pela lei do orçamento do estado, constata-se que a gestão da dívida deste município, se tem pautado por princípios de rigor e forte controlo.

Gráfico nº5
Situação face aos limites



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "M. J. S. M."

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA



5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

A análise da situação económica e financeira permite avaliar os resultados alcançados pelo município de Mealhada, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2012.

5.1 - Balanço

O balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira do município. Apresenta a situação do património da autarquia, à data do encerramento do exercício, dando a conhecer o ativo (constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos) e os fundos próprios e o passivo (que representam a origem de fundos).

Importa realçar que a análise dos elementos aqui apresentados, não pode ser descurada dos aspectos particulares que revestem a atividade de um município. Enquanto as empresas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços com o objetivo de maximizar o lucro, a atividade municipal está centrada na prestação de serviços que contribuam para a satisfação plena das necessidades dos munícipes e melhoria de qualidade de vida das populações.

BALANÇO			
Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de domínio público	36.366.401,42	Património	32.898.965,42
Imobilizações incorpóreas	370.440,94	Reservas	4.926.803,18
Imobilizações corpóreas	26.315.391,52	Resultados transitados	23.161.418,92
Investimentos financeiros	1.195.432,76	Resultado líquido do exercício	2.366.854,74
Circulante		Passivo	
Existências	177.761,04	Provisões para riscos e encargos	98.621,61
Dívidas de terceiros - curto prazo	1.658.670,90	Dívidas a terceiros - M/L prazo	2.047.492,46
Depósitos em inst. financ. e caixa	7.329.960,05	Dívidas a terceiros - curto prazo	380.014,17
Acréscimos e diferimentos	605.999,51	Acréscimos e diferimentos	8.139.887,64
Total do Ativo	74.020.058,14	Total dos F. Próprios + Passivo	74.020.058,14

No final do ano de 2012, as contas do município evidenciavam um ativo líquido na ordem dos 74 milhões de euros, constituído em 86,80% por imobilizado.

Da análise do balanço acima apresentado, verifica-se ainda que o endividamento representa apenas 3,28% do ativo, o que revela a independência financeira do município.

O grau de autonomia financeira de 85,60%, demonstra a capacidade do município de financiar o seu ativo, através de fundos próprios, sem necessidade de recorrer a capitais alheios.

No quadro a seguir apresentado, será efetuada a análise da estrutura patrimonial, assim como a sua evolução relativamente ao exercício anterior.

Quadro nº 7 Estrutura e evolução patrimonial da autarquia

DESCRIÇÃO	BALANÇO 2011	PESO	BALANÇO 2012	PESO	VARIAÇÃO	%
Imobilizado	64.988.549,27	89,26	64.247.666,64	86,80	-740.882,63	-1,14
Existências	191.773,44	0,26	177.761,04	0,24	-14.012,40	-7,31
Dívidas de terceiros	2.735.686,46	3,76	1.658.670,90	2,24	-1.077.015,56	-39,37
Disponibilidades	4.419.212,60	6,07	7.329.960,05	9,90	2.910.747,45	65,87
Acréscimos e diferimentos	470.799,21	0,65	605.999,51	0,82	135.200,30	28,72
Ativo	72.806.020,98	100,00	74.020.058,14	100,00	1.214.037,16	1,67
Património	32.898.965,42	53,99	32.898.965,42	51,93	0,00	0,00
Reservas	4.873.125,06	8,00	4.926.803,18	7,78	53.678,12	1,10
Resultados	23.162.676,39	38,01	25.528.273,66	40,29	2.365.597,27	10,21
Fundos Próprios	60.934.766,87	100,00	63.354.042,26	100,00	2.419.275,39	3,97
Provisões	140.894,14	1,19	98.621,61	0,92	-42.272,53	-30,00
Dívidas a 3ºs m/l prazo	2.390.182,06	20,13	2.047.492,46	19,20	-342.689,60	-14,34
Dívidas a 3ºs c/ prazo	421.038,60	3,55	380.014,17	3,56	-41.024,43	-9,74
Acréscimos e diferimentos	8.919.139,31	75,13	8.139.887,64	76,32	-779.251,67	-8,74
Passivo	11.871.254,11	100,00	10.666.015,88	100,00	-1.205.238,23	-10,15

Para uma melhor compreensão da tendência evolutiva da posição financeira e patrimonial do município, visível no quadro anterior, apresenta-se um estudo de cada um dos elementos constitutivos.

A - Estrutura do ativo

A1 - O imobilizado, composto em 57% por bens de domínio público, ascende a 64.247.667 euros e apresenta uma variação negativa de 1,14%, face ao ano anterior.

A2 - No que respeita às existências, no final do ano de 2012, o município tinha em armazém o valor total de 177.761 euros. Note-se que, no exercício económico em análise, foi constituída uma provisão para depreciação de existências no montante de 1.238 euros, relativa a um conjunto de materiais que, devido ao seu estado de conservação e obsolescência, se prevê que não tenham qualquer aplicabilidade futura.

A3 - As dívidas de terceiros, que ascendem a cerca de 2.960 milhares de euros, correspondem a quatro situações distintas:

- a) Dívidas de clientes, contribuintes e utentes, de cerca de 430 mil euros, relativa a diversos serviços prestados pelo município. À semelhança do exercício anterior, encontra-se reconhecida a dívida referente à taxa de ocupação do espaço do domínio público municipal, cuja cobrança se apresenta duvidosa, no valor de cerca de 1.300 milhares de euros;
- b) Dívidas de outros devedores, no valor aproximado de 12 mil euros, referentes à comparticipação financeira do Instituto de Emprego e Formação Profissional, relativa ao projeto *Contrato Emprego-Inserção+*;
- c) Dívidas de outros devedores, referentes à comparticipação financeira, através de fundos comunitários, de projetos já aprovados, tais como *infraestruturas zona industrial Bairrada/Pedrulha - 2ª Fase, implementação de redes de área local e instalação de quadros interativos nas escolas do 1º CEB, reabilitação da rua das Ferrugens e largo do cemitério na Antes, centro educativo da Pampilhosa,*

construção de ponte em Várzeas-Luso, requalificação viveiros florestais de Mealhada/parque urbano, requalificação urbana da vila do Luso, requalificação largo S. Martinho-Arinhos, equipamentos de apoio ao parque da cidade, projeto BRIGHT-Bussaco's Recovery from Invasions Generating Habitat Threats, no montante aproximado de 1.145 milhares de euros;

- d) Dívidas de outros devedores, de cerca de 65 mil euros, referente à venda dos lotes de terreno da zona industrial Bairrada/Pedrulha - 2ª fase.

A4 - Relativamente às disponibilidades, o valor final de 7.329.960 euros corresponde ao saldo de gerência orçamental, no montante de 6.950.043 euros, e ao saldo de operações de tesouraria, de 379.917 euros.

A5 - Os acréscimos e diferimentos reflectem, de acordo com o princípio da especialização do exercício, os proveitos a reconhecer no exercício, mas cuja receita só irá ocorrer em exercícios posteriores, e os custos que devem ser reconhecidos em exercícios seguintes, num total de 567.926 euros e 38.074 euros, respetivamente.

B - Estrutura dos fundos próprios

Os Fundos Próprios apresentam um crescimento de 3,97% face ao ano anterior, que se deve, essencialmente, ao aumento dos resultados no valor de 2.365.597 euros.

Nos termos dos pontos 2.7.3.1., 2.7.3.2., 2.7.3.3. e 2.7.3.4. do POCAL, os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício, para a conta 59 - Resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido para que a conta 51 - Património corresponda a 20% do ativo líquido.

Ora, dado que na atual situação, o valor registado naquela conta corresponde a 44,45% do ativo líquido, o município não estará obrigado a reforçar a conta

51 - Património. Deverá, no entanto, e nos termos do ponto 2.7.3.5. do POCAL, constituir um reforço da conta 571 - Reservas legais, no valor de 118.342,74 euros, correspondente a um valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Para uma melhor compreensão da formação do resultado líquido, salienta-se que uma parte significativa da receita não é canalizada para gastos correntes (custos do exercício), mas sim para investimentos, contabilizados na classe 4 do POCAL (imobilizado). Só uma parte desta despesa de investimento é transferida anualmente para custos, por via das amortizações do exercício. Como a maioria da receita é lançada na classe 7 (proveitos), mas parte substancial da despesa vai à classe 4, é gerado um resultado líquido positivo.

C - Estrutura do passivo

C1 - As provisões para riscos e encargos, no montante de 98.622 euros, refletem os possíveis encargos em que o município poderá vir a incorrer, relativos a processos judiciais em curso.

C2 - A variação negativa, de 14,34%, **das dívidas a terceiros de médio/longo prazo** resulta das amortizações ao capital em dívida bem como da não contratação de novos empréstimos. Ainda que surja, neste exercício, uma nova massa patrimonial relativa ao direito aos subsídios de férias e natal não pagos por imposição da lei do orçamento de estado para 2012, o valor é absorvido pela diminuição do capital em dívida.

C3 - As dívidas a terceiros de curto prazo, representam essencialmente reforços de garantias ou cauções, prestadas por fornecedores de imobilizado, e operações de tesouraria correspondentes a cobranças efetuadas pelo município a favor de terceiros no mês de dezembro de 2012, com prazo de pagamento em 2013.

C4 - Relativamente aos acréscimos e diferimentos constantes do passivo, estes são compostos por acréscimos de custos e proveitos diferidos. Os

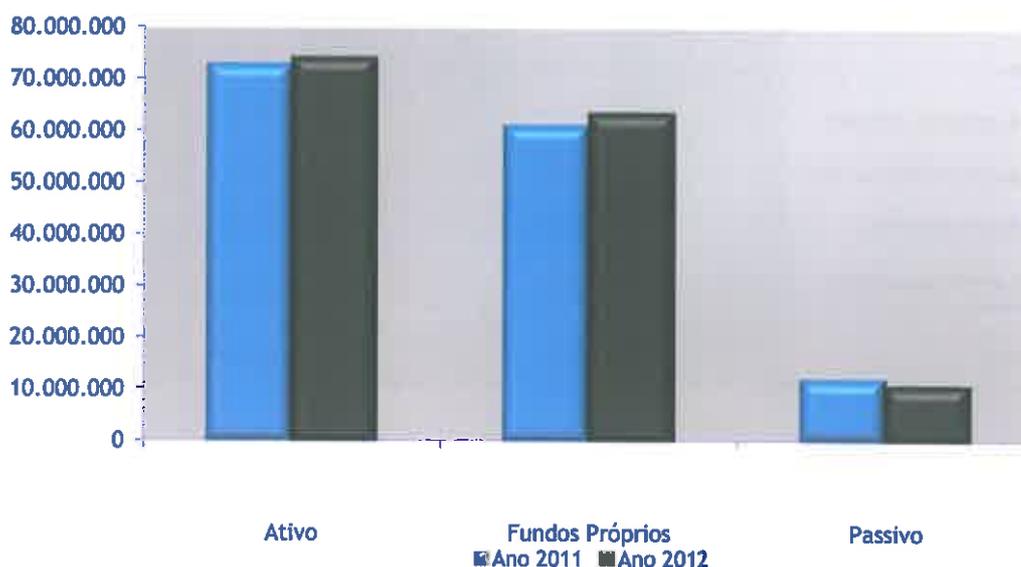
acréscimos de custos correspondem a custos relativos ao ano de 2012 e a reconhecer neste exercício, mas cuja despesa só será incorrida em 2013, nomeadamente direitos de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais dos funcionários do município.

Note-se que, não obstante a redução no subsídio de férias imposta pela lei do orçamento de estado para 2013, foram, à semelhança do ano anterior, efetuados acréscimos das remunerações relativas àquele subsídio. Na realidade, o nº 1 do art.º29º daquele articulado apenas suspende o pagamento do subsídio de férias durante a vigência do programa de assistência económica e financeira. Entende-se, salvo melhor opinião, que não é suspenso o direito ao subsídio, pelo que o mesmo deverá ficar refletido.

Os proveitos diferidos no montante de 7.390.008 euros, refletem, essencialmente, os subsídios para investimentos, a transferir sistematicamente para uma conta de proveitos, nos exercícios futuros.

O cumprimento do princípio da especialização do exercício está, deste modo, garantido.

Gráfico nº 6
Evolução patrimonial da autarquia
2011/2012



5.2 - Demonstração de resultados

A demonstração de resultados é um instrumento contabilístico onde se encontra espelhado o resultado líquido do exercício, apresentando os proveitos e os custos ocorridos ao longo de determinado período de tempo. Da diferença de proveitos e custos obtém-se o resultado líquido do exercício.

Permite também estabelecer comparações com exercícios passados, detetar eventuais desvios, bem como realizar projeções futuras sobre o desempenho do município.

Quadro nº 8

Estrutura e evolução de custos e proveitos da DR

DESCRIÇÃO	2011	PESO	2012	PESO	VARIAÇÃO	%
CMVMC	196.755,78	1,55	223.820,41	1,90	27.064,63	13,76
Fornecimentos e serviços externos	3.057.538,37	24,13	3.013.898,37	25,58	-43.640,00	-1,43
Custos com pessoal	4.952.236,58	39,08	4.561.999,35	38,72	-390.237,23	-7,88
Trans. subs. correntes concedidos	417.106,08	3,29	415.957,44	3,53	-1.148,64	-0,28
Amortizações do exercício	2.847.967,82	22,47	2.907.037,80	24,67	59.069,98	2,07
Provisões do exercício	565.097,66	4,46	31.196,77	0,26	-533.900,89	-94,48
Outros custos e perdas operacionais	90,36	0,00	0,00	0,00	-90,36	-100
Custos e perdas financeiros	100.409,62	0,79	48.579,02	0,41	-51.830,60	-51,62
Custos e perdas extraordinários	535.704,68	4,23	580.889,69	4,93	45.185,01	8,43
Total dos custos	12.672.906,95	100	11.783.378,85	100,00	-889.528,10	-7,02
Vendas e prestações de serviços	2.457.082,00	18,28	2.300.343,70	16,26	-156.738,30	-6,38
Impostos e taxas	2.402.526,14	17,87	2.540.505,04	17,95	137.978,90	5,74
Transferências e subsídios obtidos	7.076.239,14	52,65	6.703.132,28	47,37	-373.106,86	-5,27
Outros prov. e ganhos operacionais	2.756,38	0,05	1.308,70	0,01	-1.447,68	-52,52
Proveitos e ganhos financeiros	1.120.735,57	8,33	1.227.342,08	8,67	106.606,51	9,51
Proveitos e ganhos extraordinários	379.597,42	2,82	1.377.601,79	9,74	998.004,37	262,91
Total dos proveitos	13.438.936,65	100	14.150.233,59	100,00	711.296,94	5,29

Numa primeira análise, constata-se que os custos e perdas referentes ao exercício económico de 2012 foram de 11.783.379 euros, o que representa,

face ao biénio em análise, uma variação negativa de 7%, que em termos absolutos, corresponde a uma redução de 889.528 euros.

Aquela variação deve-se, essencialmente, à redução de 533.900 euros, verificada na rúbrica provisões do exercício.

Os custos com o pessoal, com fornecimentos e serviços externos e com as amortizações do exercício, são os que apresentam um maior peso no total dos custos do exercício (88,97%).

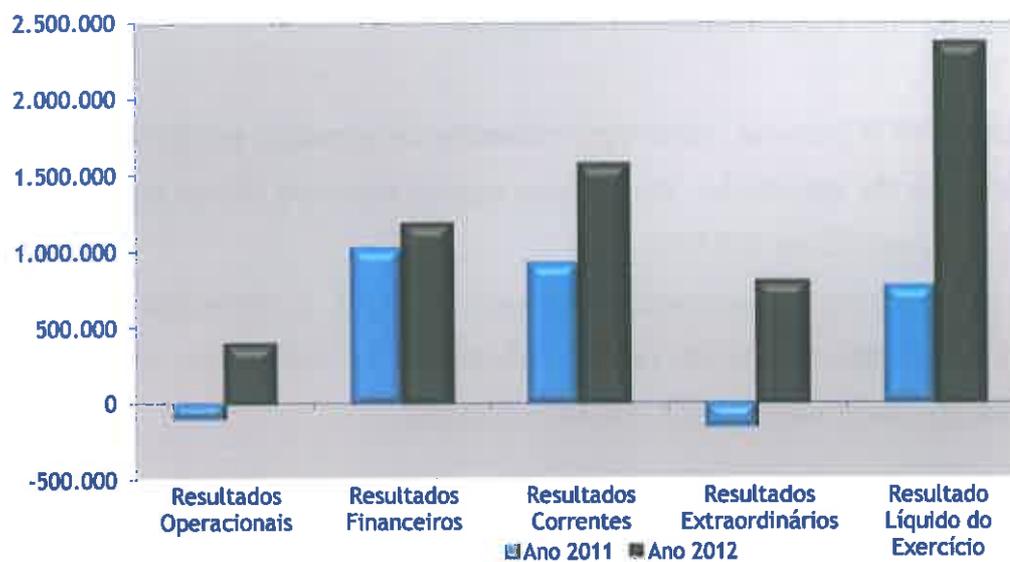
No que diz respeito aos proveitos e ganhos de 2012, o município terminou o exercício económico com um valor total de 14.150.234 euros, o que traduz uma evolução positiva de cerca de 700 mil euros.

Os proveitos e ganhos extraordinários que apresentam um aumento significativo face a 2011, num montante superior a 1 milhão de euros, refletem, essencialmente, os proveitos obtidos por este município com a venda dos lotes de terreno da zona industrial Bairrada/Pedrulha, 2ª fase.

Por fim, no período em análise, verificou-se um resultado líquido de 2.366.855 euros, que se traduz num aumento de 209% face ao ano de 2011.

RESULTADOS	2011	2012
Resultados operacionais (A)	-98.188,99	391.379,58
Resultados financeiros (B)	1.020.325,95	1.178.763,06
Resultados correntes (A) + (B)	922.136,96	1.570.142,64
Resultados extraordinários (C)	-156.107,26	796.712,10
Resultado Líquido do Exercício (A) + (B) +(C)	766.029,70	2.366.854,74

Gráfico nº 7
Evolução resultados



Handwritten signature in blue ink.

RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS



6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS**Grau de cobertura global das despesas**

Receita total / Despesa total	
Receita total	18.925.013,08
Despesa total	12.015.266,00
Grau de cobertura	157,51 %

Este rácio mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.

Grau de cobertura global das despesas sem recurso a crédito

Receita total - passivos financeiros / Despesa total	
Receita total - passivos financeiros	18.925.013,08
Despesa total	12.015.266,00
Grau de cobertura	157,51 %

Este rácio mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos de terceiros. Refira-se que por mais um ano consecutivo não houve recurso ao crédito.

Grau de cobertura da despesa total pelos recursos locais

Recursos locais / Despesa total	
Recursos locais	5.120.648,20
Despesa total	12.015.266,00
Grau de cobertura	42,62 %

Peso dos recursos locais na receita total

Recursos locais / Receita total	
Recursos locais	5.120.648,20
Receita total	18.925.013,08
Peso	27,06 %

Peso das transferências comunitárias na receita total

Transferências comunitárias / Receita total	
Transf. correntes e capital do exterior	825.782,47
Receita total	18.925.013,08
Peso	4,36%

Peso das despesas com pessoal na despesa total

Despesas com pessoal / Despesa total	
Despesas com pessoal	4.341.583,49
Despesa total	12.015.266,00
Peso	36,13%

Peso do investimento na despesa de capital

Investimento / Despesa capital	
Investimento	2.838.282,04
Despesa de capital	3.951.976,08
Peso	71,82 %

Peso dos passivos financeiros na despesa total

Passivos financeiros / Despesa total	
Passivos financeiros	592.306,97
Despesa total	12.015.266,00
Peso	4,93%

Peso das despesas correntes na despesa total

Despesas correntes / Despesa total	
Despesas correntes	8.063.289,92
Despesa total	12.015.266,00
Peso	67,11 %

Peso das despesas de capital na despesa total

Despesas capital / Despesa total	
Despesas capital	3.951.976,08
Despesa total	12.015.266,00
Peso	32,89 %

Endividamento

Dívidas a 3ºs / Fundos próprios e passivo	
Dívidas a 3ºs	2.427.506,63
Fundos próprios e passivo	74.020.058,14
Peso	3,28 %

Peso do endividamento a médio e longo prazo

Dívidas a 3ºs m/l prazo / Fundos próprios e passivo	
Dívidas a 3ºs médio/longo prazo	2.047.492,46
Fundos próprios e passivo	74.020.058,14
Peso	2,77%

Grau de cobertura do imobilizado por capitais permanentes

Capitais permanentes / Imobilizado líquido total	
Capitais permanentes	65.401.534,72
Imobilizado líquido total	64.247.666,64
Grau	1,02

Estrutura do endividamento

Dívidas a 3ºs curto prazo / Ativo	
Dívidas a 3ºs curto prazo	380.014,17
Ativo	74.020.058,14
Peso	0,51 %

Autonomia financeira

Fundos Próprios / Ativo	
Fundos próprios	63.354.042,26
Ativo	74.020.058,14
Peso	85,59 %

CONSIDERAÇÕES FINAIS

2012





7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação constante no presente relatório reflete a fidelidade a uma linha de rumo bem definida, a existência de planeamento estratégico e a hierarquização de prioridades que permitiram responder com critério e eficácia aos desafios, problemas e constrangimentos que surgiram ao longo do exercício.

Apesar dos constantes atrasos e entraves nos procedimentos concursais que adiaram a execução de obras e projetos estruturantes e de grande importância para o executivo, pelo seu carácter diferenciador e promotor de sinergias necessárias ao plano de desenvolvimento do concelho; apesar do contexto adverso, da forte contração económica e financeira, geradora de medos e incertezas; apesar das excessivas imposições orçamentais e de gestão, incompreensíveis e desnecessárias a um município que sempre demonstrou capacidade e responsabilidade na gestão do bem público, chegamos ao final de mais um exercício económico com uma excelente execução orçamental, sem desvio aos objetivos propostos, respeitando os princípios da prudência e do equilíbrio, com o rigor, a organização e a determinação que sempre caracterizou esta equipa.

Em conformidade com o orçamento apresentado, investimos em todas as áreas promotoras de desenvolvimento integrado e sustentado, articulámos políticas e ações com os autarcas e populações das freguesias; colaborámos e apoiámos todos os agentes sociais e culturais do concelho; abraçámos todos os desafios do ensino, educação e formação profissional; reforçámos as políticas de desporto e cultura para todos; investimos na promoção e proteção do meio ambiente e intensificámos a educação ambiental junto da população; desenvolvemos projetos e ações de promoção e dinamização da atividade económica; apoiados por uma forte rede social e agentes e gentes, disponíveis e solidários, conseguimos reforçar mecanismos de resposta às crescentes solicitações sociais e inúmeros problemas emergentes do contexto de crise económica e social.

Envolvidos num cenário de incertezas, exigências, imposições e constantes violações à autonomia do poder local, procurámos agir e gerir com equilíbrio, determinação e tenacidade.

Face às nefastas consequências de uma crise relâmpago que apanhou desprevenidas famílias e empresas, incapazes de satisfazer as suas necessidades e compromissos, agilizámos medidas e ações e procurámos manter o sentimento de confiança, conforto e segurança que temos transmitido aos nossos cidadãos ao longo dos anos.

Continuando a afirmar que a objetividade dos números e das taxas não refletem o impacto dos projetos, das realizações e da satisfação da população, continuamos a afirmar que o verdadeiro resultado das políticas e ações reside nas mudanças de comportamento e de atitudes da população; na usufruição dos bens, equipamentos e serviços que vamos colocando à disposição das nossas gentes; nos excelentes indicadores de bem-estar e qualidade de vida que apresenta o concelho; no sentido do serviço público e do espírito da missão imprimido em cada ação e em cada projeto.

No exercício económico do ano de 2012 continuámos a investir em equipamentos estruturantes para o desenvolvimento e crescimento do concelho:

- Centro escolar de Luso
- Centro escolar de Mealhada (projeto)
- Requalificação urbana da zona central de Mealhada
- Requalificação da zona central de Luso - 2ª fase
- Requalificação dos principais equipamentos desportivos
- Construção do espaço inovação
- Remodelação e prolongamento de redes de águas e saneamento
- Reabilitação de habitações sociais
- ...

Investimentos promotores de qualidade de vida e bem-estar das populações mas também indutores de qualificação e valorização dos recursos humanos, de atratividade, competitividade e coesão do território.

Paralelamente, continuámos a animar os equipamentos, a desenvolver políticas e ações cujo impacto qualitativo na melhoria da qualidade de vida das populações, no nível de desenvolvimento e na sustentabilidade dos investimentos, supera exponencialmente o valor numérico refletido nas contas.

Assim e reiterando:

- A construção e requalificação dos equipamentos escolares refletem-se na qualidade do ensino e formação, no desempenho e níveis de sucesso escolar, na redução da taxa de abandono e insatisfação escolar, na elevação dos padrões de qualidade na educação e níveis de felicidade de crianças e jovens;
- A redução nas taxas, nos impostos e a não atualização de preços praticados pelo município são um contributo líquido nos orçamentos das famílias, das empresas e das instituições;
- A requalificação e valorização que os espaços públicos intervencionados provocaram nas populações, criam condições interativas e dinâmicas capazes de valorizar as relações sociais e intergeracionais;
- As sinergias geradas pela implementação de uma política de educação ambiental e cidadania junto da população escolar, a conquista das bandeiras verdes das Eco-Escolas e o reconhecimento nacional das boas-práticas do concelho;
- O impacto da Agenda 21 do concelho no desenvolvimento sustentável e responsável;

- O apoio incondicional à fundação Mata do Bussaco na recuperação e promoção deste inigualável património situado no nosso concelho, de importância nacional;
- Os benefícios da implementação das atividades de enriquecimento curricular, seguindo o princípio da universalidade e da igualdade de oportunidades;
- Os benefícios da componente de apoio à família dirigida a todas as crianças que frequentam a rede pública de jardins-de-infância, o impacto das intervenções nos equipamentos e espaços exteriores dos jardins-de-infância, a mais-valia dos materiais e recursos lúdico-pedagógicos disponibilizados;
- A mais-valia e o impacto do projeto “4 Maravilhas da Mesa de Mealhada” na economia e no turismo do concelho;
- O apoio à atividade económica, quer através da disponibilização de áreas de acolhimento de excelente qualidade de localização e infraestruturas, quer através do estímulo ao empreendedorismo e capacitação, quer através do desenvolvimento de redes e parcerias de facilitação, quer através das medidas de priorização no licenciamento de instalações comerciais e industriais;
- O apoio e incentivo às iniciativas locais de emprego;
- O acolhimento, promoção e apoio a iniciativas dirigidas à emergente comunidade de artesãos do concelho;
- A realização do fórum da apicultura pelo efeito alavancador de uma atividade em ascensão quer na região quer no país;
- As dinâmicas da biblioteca municipal, a interação com as estruturas sociais, escolares e culturais, a promoção dos objetivos do plano nacional de leitura, apesar da suspensão formal por parte do ministério da educação, o impacto das expressões artísticas na promoção da leitura junto dos diferentes públicos, a presença contínua da biblioteca na vida de toda a comunidade;

- O impacto cultural, social e educativo do bibliomealhada em todas as povoações do concelho, interagindo com toda a população, na escola, no centro, no jardim, em casa...;
- A política de integração da população imigrante, através de condições facilitadoras de acesso ao mercado de emprego, de integração no sistema educativo, de criação de espaços de partilha e valorização de práticas e costumes, da escola de fim-de-semana;
- O papel do cine-teatro Messias na divulgação do cinema, teatro, música, criando e conquistando públicos de todas as idades; a importância de estar à disposição de toda a população seis dias por semana, durante todo o ano, oferecendo produtos culturais de qualidade, do que de mais atual se faz no país, dando palco às iniciativas culturais promovidas pelas instituições do concelho;
- A valorização do contexto socioeducativo da população mais jovem, dotando-a de condições físicas de um conjunto alargado de atividades lúdico-pedagógicas enriquecedoras e promotoras de boas práticas, gerando gerações de cidadãos mais participativos e interventivos;
- A interação com a escola, no plano de atividades anual, nas iniciativas da Autarquia, na definição de estratégias conjuntas;
- O impacto do planeamento urbanístico e as mais-valias decorrentes dos planos;
- O desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres, dirigidas a diferentes públicos, o acolhimento de estágios curriculares e formação em contexto de trabalho aos jovens estudantes;
- A mais-valia de integrar projetos estratégicos nacionais e internacionais em parceria com outras autarquias e organismos;



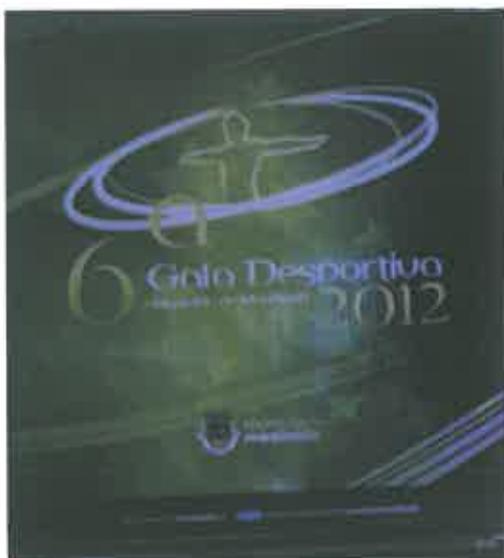
- O impacto de uma governação aberta e participativa, promovida pelo pelouro das freguesias, a importância das relações inter-freguesias no desenvolvimento integrado do concelho;
- Os projetos de dinamização de atividade juvenil, o gabinete de apoio ao jovem, os desafios à participação cívica da população mais jovem, a construção de espaços dedicados aos jovens;
- O impacto dos equipamentos desportivos de elevado nível no posicionamento do concelho como destino de desporto e de acontecimentos desportivos de nível nacional e internacional;
- Os benefícios do diálogo constante entre autarquia e associações na promoção cultural e social do concelho;
- O impacto da loja social “Roda Viva” na comunidade, bem como todas as ações promotoras de solidariedade e entreatajuda, apoiadas por um movimento cívico e de voluntariado, demonstrativas de espírito de cidadania da comunidade;
- O imprescindível apoio da autarquia à realização do carnaval 2012, e o impacto que o evento tem na divulgação do património gastronómico, turístico e cultural o concelho;
- O apoio à realização das escolíadas;
- O efeito da política de difusão de utilização de tecnologias de informação e comunicação em todo o concelho;
- O efeito alavancado da escola profissional na qualificação literária e profissional dos recursos humanos do concelho e na dinamização de parcerias e ações promotoras de desenvolvimento;
- O investimento na formação dos recursos humanos da autarquia na promoção de qualificação e modernização dos serviços;
- A promoção de uma política de “desporto para todos”, a animação dos equipamentos desportivos, o apoio às associações desportivas e as ações promotoras da prática desportiva;

E mais um sem número de ações e atividades cujo peso numérico fica muito aquém da sua expressão, importância e impacto no bem-estar e qualidade de vida da população do concelho.

Com o apoio e cumplicidade de uma equipa de colaboradores responsáveis e altamente qualificados, assentes numa plataforma de bem-estar e coesão social, conseguimos atingir um excelente nível de execução orçamental e alicerçar os eixos estratégicos de desenvolvimento: a logística e o turismo, saúde, beleza e bem-estar, suportados em projetos de âmbito nacional, em parcerias de peso e confiança.

Reforçámos o nível de desenvolvimento do concelho, espelhado nos diferentes indicadores de crescimento e desenvolvimento; reforçámos o equilíbrio e saúde das contas públicas que se reflete diretamente no conforto e segurança das populações, permitindo políticas sociais de continuidade; promovemos valores de solidariedade e fraternidade fundamentais à construção de uma cidadania plena, geradora de segurança e felicidade.

Honrámos o compromisso assumido com a população do concelho, com os parceiros internos e externos e com a região. Pelo rigor, honestidade, espírito de missão e compromisso que temos demonstrado, reforçámos a confiança dos munícipes e dos nossos pares. É com a mesma atitude, dedicação, empenho e determinação que nos comprometemos a criar mais riqueza e coesão no nosso território, dando prioridade aos princípios, aos valores e às pessoas na construção de uma sociedade de futuro e com futuro!

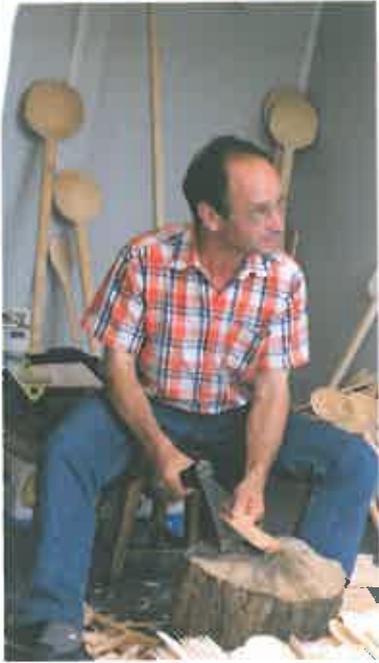


Handwritten signatures and initials in blue ink.

XIV Feira de Artesanato e Gastronomia

Artesanato | Gastronomia | Animação | Diversão | Música





Handwritten signature and initials in blue ink.





[Handwritten signature and initials in blue ink]





A
A
D
D
M





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'A' and 'D'.





Handwritten notes:
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M



BTL 2012
Bolsa de Turismo Local



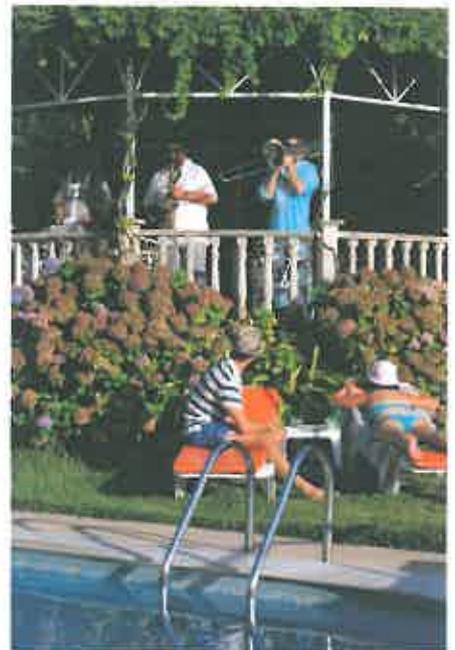


Ar.
R.D.
M





[Handwritten signatures and initials in blue ink]





Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number 7.



NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2012



8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

As notas ao balanço e à demonstração de resultados, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas, exigidas no ponto 2 do POCAL, no art.º 6º, do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na Resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, sempre que possível, na base de continuidade das operações. Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade.

8.1 - Caracterização da Entidade

Para efeitos de complemento de informação sobre o município, anexa-se o mapa - Caracterização da Entidade.

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.3. Os critérios valorimétricos e métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor aplicados foram os seguintes:

- a) Para o imobilizado adquirido em 2012 foi utilizado o valor de aquisição ou de produção;

- b) O **imobilizado em curso** está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos. Os autos de receção provisória de 2012 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respectivas contas de imobilizações corpóreas; do imobilizado em curso constam infraestruturas que já se encontram em funcionamento, no montante de 6.203.202 euros, mas por aguardarem o seu registo na conservatória, não foram ainda transitadas para imobilizado definitivo e conseqüentemente não estão a ser praticadas as respetivas amortizações;
- c) Os **investimentos financeiros** (partes de capital) foram avaliados a preço de aquisição;
- d) As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado;
- e) As **dívidas de e a terceiros**, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam;
- f) As **disponibilidades em caixa e em depósitos bancários** exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito;
- g) As **amortizações** foram calculadas por ano económico, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE;
- h) As **provisões para cobrança duvidosa** correspondem aos montantes anuais em dívida de terceiros, que se encontram em mora e cujo risco de cobrança está devidamente justificado por se tratar de processos de execução fiscal e de processos judiciais;
- i) As **provisões para riscos e encargos** representam o montante da indemnização ou encargo, que o município prevê suportar, relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos tribunais esteja em curso;

- j) As provisões para investimentos financeiros registam as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o respetivo valor dos capitais próprios.
- k) As provisões para depreciação de existências correspondem ao custo médio ponderado de materiais que, baseado no estado de conservação e obsolescência, se prevê que não tenham qualquer utilidade no futuro.

8.2.7./ 8.2.8. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações e provisões.

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço, podem ser resumidos no mapa ativo bruto que se encontra em anexo. Os valores reportam-se às aquisições do exercício, a transferências de imobilizações em curso para as respetivas contas de imobilizado e a abates (decorrentes da verificação física periódica dos bens móveis).

Saliente-se que os valores constantes do ativo imobilizado continuam aquém dos valores reais, uma vez que, e conforme será explicitado mais adiante na nota 8.2.14, alguns bens, propriedade do município, não foram ainda objeto de inventariação, pelo que o balanço não reflete os respetivos valores.

O mapa das amortizações é o que se segue em anexo.

8.2.14. A inventariação de todos os bens móveis, imóveis e veículos deste município foi efetuada pelos próprios serviços municipais.

Considerando que, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, os bens constitutivos do património do município são apenas aqueles que estejam registados na competente conservatória, à data de elaboração do presente relatório e contas, encontram-se por inventariar um conjunto de bens relativamente aos quais não foi ainda possível dar cumprimento aos requisitos necessários à regularização da sua titularidade, nomeadamente ao seu registo predial.

Apresenta-se, de seguida, a lista dos bens supra mencionados, a respetiva justificação da impossibilidade de registo, bem como a avaliação global correspondente.

- ▶ Pavilhão gimnodesportivo, piscina, cafetaria varanda do lago e campos de ténis em Luso - *aguardam aprovação de operação de loteamento para o local;*

- ▶ Piscina municipal, pavilhão gimnodesportivo, escola profissional Vasconcellos Lebre em Mealhada - *aguarda aprovação da AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal) e operação de loteamento;*

Avaliação global: 7.919.804,94 euros.

8.2.15. Os bens do domínio público que não foram objeto de amortização, de acordo com o estipulado no POCAL e nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril (CIBE), são os terrenos e recursos naturais que se encontram classificados na conta patrimonial 451 - Terrenos e recursos naturais.

8.2.16. Entidades Participadas Societárias e não Societárias

DENOMINAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ANO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro S.A	Coimbra	0,80%	17.130.581,00	1.034.827,00	2012
Escola Profissional da Mealhada, Lda.	Mealhada	64,10%	521.995,72	154,12	2012
WRC - WEB P/ a Região Centro, Agência de Desenvol. Regional, S.A.	Curia	0,36%	724.246,07	404,24	2012
Agência de Desenvolvimento Regional - COIMBRAVITA *	Coimbra				
Águas do Mondego, SA	Coimbra	1,14%	20.769.968,37	1.049.359,37	2012
Associação Coimbra Região Digital **	Coimbra	6,06%	-265.111,71	-179.187,03	2011
Associação Nacional Municípios Portugueses **	Coimbra	---	1.515.541,59	368.335,53	2011
Centro serviços Ambiente - CESAB **	Mealhada	---	1.084.514,31	25.258,18	2011
Associação Beira Atlântico Parque **	Cantanhede	---	2.455.070,22	1.235,34	2011
Associação Municípios Portugueses do Vinho	Cartaxo	---	(a)	(a)	2012
Associação Willuso	Mealhada	---	(a)	(a)	2012
Associação Maravilhas da Mealhada **	Mealhada	---	8.584,43	8.584,43	2011
Comunidade Intermunicipal Baixo Mondego **	Montemor - o Velho	---	201.069,08	18.832,91	2011

*À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao seu correto preenchimento

**À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao preenchimento relativo ao exercício 2012.

(a) Entidade sem contabilidade organizada

AA
S
A
M
M

8.2.22. Dívidas de Cobrança Duvidosa

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço é o seguinte:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
2181	Cobranças em atraso	1.267.184,30	8.832,08	7.362,71	1.268.653,67
2182	Cobranças em litigio	37.132,81	4.440,63	9.471,88	32.101,56
	Total	1.304.317,11	13.272,71	16.834,59	1.300.755,23

8.2.23. Valor global das dívidas ativas e passivas ao pessoal da autarquia local

Encontra-se refletida, no passivo, na rubrica dívidas a terceiros-médio e longo prazo, uma nova massa patrimonial relativa ao direito aos subsídios de férias e natal não pagos em 2012, por imposição da lei do orçamento de estado para 2012.

De acordo com as normas contabilísticas continuou a considerar-se no passivo, na rubrica acréscimos de custos, o direito ao subsídio de férias dos trabalhadores, embora, de acordo com o artigo 29º do orçamento de estado para 2013, o respetivo pagamento esteja suspenso.

8.2.26. Contas de Ordem

Garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2012 constam do mapa em anexo.

8.2.27. Provisões acumuladas

O desdobramento das contas de provisões acumuladas consta do mapa em anexo.

8.2.28. Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial”

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 - Património	32.898.965,42			32.898.965,42
571 - Reservas Legais	1.222.552,08	38.301,49		1.260.853,57
575 - Subsídios	210.306,24	15.376,63		225.682,87
576 - Doações	2.519.975,32			2.519.975,32
577 - Reservas Transf. Ativos	920.291,42			920.291,42
59 - Resultados Transitados	22.396.646,69	803.073,72	38.301,49	23.161.418,92

- a) Os movimentos na conta 571-Reservas legais referem-se à constituição do reforço da reserva legal no valor de 38.301,49 euros, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal, de 27 de abril de 2012.
- b) O aumento de 15.376,63 euros na conta 575 - Subsídios, corresponde a recebimentos, ocorridos no exercício, relativos a participações, concedidas ao município, que não se destinam nem a investimentos amortizáveis nem à exploração.
- c) O aumento registado na conta 59 - Resultados transitados, refere-se à incorporação do resultado líquido do exercício de 2011. Refere-se ainda, a movimentos de regularização, relativos à contabilização, em anos anteriores, das amortizações do imobilizado a que respeitam subsídios/transferências para investimento, cuja taxa de participação foi aumentada durante o exercício de 2012. O movimento de diminuição reflecte o reforço da reserva legal;

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas constam do mapa em anexo.

8.2.31. Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas, proveitos e ganhos financeiros ocorridos no exercício de 2012 constam do mapa em anexo.

8.2.32. Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas, proveitos e ganhos extraordinários ocorridos no exercício de 2012 constam do mapa em anexo.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. S. M.' or similar.

Anexos



Município de Mealhada

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1	- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Câmara Municipal de Mealhada	8.1.1
1.1 ENDEREÇO POSTAL: 3054-001 MEALHADA		
Telefone: 231200980 Telefax: 231203618		
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506792382		
1.2 NÚMERO DE ELEITORES		
Município	Até 10 000 _____ Mais de 10 000 e menos de 40 000 _____ Igual ou superior a 40 000 _____	<input checked="" type="checkbox"/>
FONTE: Censos 2011		
2	LEGISLAÇÃO	8.1.2
Data de constituição ___/___/___ publicada no D.R. de 06/12/1836		
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados? <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N		
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: _____		
3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS		
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais? <input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N		
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: Escola Profissional de Mealhada, Lda (Empresa Municipal)		
3.3 ORGÃOS		
Tem órgãos de natureza consultiva? <input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N		
Tem órgãos de fiscalização? <input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N		
3.4 ORGANOGRAMA		
Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou		
4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	8.1.4
Prosecução de interesses públicos, nomeadamente ao nível da promoção do desenvolvimento social, salubridade pública e do saneamento, da protecção do meio ambiente, da cultura, desporto, educação e do ordenamento do território e urbanismo, etc		
RECURSOS HUMANOS		8.1.5
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO		
Período de 01/01/2012 a 31/12/2012		
Presidente	Carlos Alberto da Costa Cabral	
Vice-Presidente	Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro	Pelouro
Vereador	José Carlos Calhoa Morais	Finanças/Educação/Turismo
Vereador	Júlio Manuel dos Santos Penetra	Obras Munic./Obras Partic.
Vereadora	Arminda de Oliveira Martins	Desporto/Ação Social
Vereador	António Miguel de Miranda Ferreira	Sem Pelouro
Vereadora	Maria Leonor Reis Lopes	Sem Pelouro
		Sem Pelouro
5.2 NÚMERO DE VEREADORES		
A Tempo Inteiro	_____	<input type="checkbox"/> 3
A meio tempo	_____	<input type="checkbox"/>
Restantes vereadores	_____	<input type="checkbox"/> 3
1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO		Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA (AIRC)

2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES

DOCUMENTADAS S X

PERIODICIDADE TRIMESTRAL SEMESTRAL

3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA S X

OUTRAS INFORMAÇÕES

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'M' and various initials.

7 OUTRA INFORMAÇÃO **8.1.7**

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

	DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	17-04-2003	29-04-2003		
NORMAS CONTROLO INTERNO	08-04-2002			
BALANÇO INICIAL	17-04-2003	29-04-2003	25-03-2010	16-04-2010
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

ENTIDADE	ANOS DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	N - 1	N - 2	N - 3
Inspeção Geral Finanças		x		
Inspeção Geral da Administração do Território				

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

	Data de Aprovação pelo Orgão Executivo	Data da Aprovação pelo Orgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano	29-11-2011	16-12-2011	
Orçamento	29-11-2011	16-12-2011	
Documentos de Prestação de Contas			
C js			

8 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

FUNDOS ATRIBUÍDOS AO MUNICÍPIO	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
FEF	2.720.831,00	1.813.888,00	4.534.719,00
FSM	286.799,00		286.799,00
Participação no IRS	308.149,00		308.149,00
DESPESAS DE INVESTIMENTO NO ANO ANTERIOR AO DA GERÊNCIA EM APRECIACÃO			2.966.506,21

Município de Mealhada

Ano: 2012

Activo Bruto (Imobilizado Bruto,

	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	1.379.159,16	0,00	407,70	0,00	176.689,21	1.556.256,07
452	Edifícios	1.003.801,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.003.801,43
453	Outras construções e infra-estruturas	57.106.493,08	0,00	26.493,56	0,00	3.358.865,25	60.491.851,89
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	5.432.530,37	0,00	339.460,49	0,00	-3.398.870,46	2.375.120,40
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		64.921.984,04	0,00	366.361,75	0,00	138.884,00	65.427.029,79
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	109.903,43	0,00	0,00	0,00	0,00	109.903,43
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	353.270,14	0,00	17.170,80	0,00	0,00	370.440,94
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		463.173,57	0,00	17.170,80	0,00	0,00	480.344,37
421	Terrenos e recursos naturais	5.007.420,31	0,00	61.224,48	505.788,18	-176.689,21	4.386.167,40
422	Edifícios e outras construções	8.705.086,88	0,00	1.184.854,86	0,00	252.334,53	10.142.276,27
423	Equipamento básico	1.786.992,81	0,00	71.958,83	0,00	0,00	1.858.951,64
424	Equipamento de transporte	1.489.860,11	0,00	11.355,30	0,00	0,00	1.501.215,41
425	Ferramentas e utensílios	27.706,14	0,00	1.050,44	0,00	0,00	28.756,58
426	Equipamento administrativo	2.023.923,00	0,00	40.835,47	0,00	-2.100,87	2.062.557,60
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	501.935,84	0,00	13.530,00	0,00	0,00	515.465,84
442	Imobilizações em curso	11.780.944,34	0,00	944.519,31	0,00	-246.381,80	12.479.081,85
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		31.323.869,43	0,00	2.329.328,69	505.788,18	-172.837,35	32.974.572,59
411	Partes de capital	617.625,48	0,00	0,00	0,00	0,00	617.625,48
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	786.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	786.660,00
4151	Outras aplic. Financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. Financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. Financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.404.285,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.404.285,48

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Município de Mealhada

Ano: 2012

Unidade: Euros

Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público 485				
Terrenos e recursos naturais 4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios 4852	384.951,98	50.190,07	0,00	435.142,05
Outras construções e infra-estruturas 4853	26.312.913,68	2.312.572,64	0,00	28.625.486,32
Bens do património histórico, artístico e cultural 4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público 4859	0,00	0,00	0,00	0,00
	26.697.865,66	2.362.762,71	0,00	29.060.628,37
De Imobilizações incorpóreas 483				
Despesas de instalação 4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento 4832	109.903,43	0,00	0,00	109.903,43
Propriedade industrial e outros direitos 4833	0,00	0,00	0,00	0,00
	109.903,43	0,00	0,00	109.903,43
De Imobilizações Corpóreas 482				
Terrenos e recursos naturais 4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções 4822				
Edifícios 48221	1.540.966,71	249.840,09	0,00	1.790.806,80
Outras construções 48222	40.455,72	23.756,83	0,00	64.212,55
Equipamento básico 4823	1.261.177,33	86.121,21	0,00	1.347.298,54
Equipamento de transporte 4824	1.140.269,68	60.688,27	0,00	1.200.957,95
Ferramentas e utensílios 4825	23.359,60	2.110,11	0,00	25.469,71
Equipamento administrativo 4826	1.786.784,29	98.219,56	2.100,87	1.882.902,98
Taras e vasilhame 4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas 4829	323.993,52	23.539,02	0,00	347.532,54
	6.117.006,85	544.275,09	2.100,87	6.659.181,07
De Investimentos em imóveis 481				0,00
Terrenos e recursos naturais 4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções: 4812				0,00
Edifícios 48121	165.639,13	8.307,13	0,00	173.946,26
Outras construções 48122	0,00	0,00	0,00	0,00
	165.639,13	8.307,13	0,00	173.946,26
De Investimentos Financeiros 49				0,00
Partes de capital 491	34.348,18	604,88	46,60	34.906,46
Obrigações e títulos de participação 492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras: 495				0,00
Depósitos em instituições financeiras 4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública 4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos 4953	0,00	0,00	0,00	0,00
	34.348,18	604,88	46,60	34.906,46

Município de Mealhada

8.2.26 - Contas de Ordem

Ano: 2012

Unidade: Euros

Código	Designação	SALDO ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	4.994.995,71		181.670,84		5.176.666,55	
09321	Prestadas por Fomecedores de c/c	9.299,00				9.299,00	
09322	Prestadas por Fomecedores de Imobilizado	4.976.243,01		181.670,84		5.157.913,85	
09323	Prestadas por Outros Credores	9.453,70				9.453,70	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				891.677,74		891.677,74
09331	Devolvidas a Fomecedores de c/c				889.177,74		889.177,74
09332	Devolvidas a Fomecedores de Imobilizado				2.500,00		2.500,00
09333	Devolvidas a Outros Credores				20.402,02		20.402,02
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fomecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fomecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
	Total de Garantias e Cauções	4.994.995,71		181.670,84	912.079,76	4.264.586,79	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	22.809,49		47,62	420,02	22.437,09	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
	Total de Recibos para Cobrança	22.809,49		47,62	420,02	22.437,09	
	Total	5.017.805,20		181.718,46	912.499,78	4.287.023,88	

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Mealhada

Ano: 2012
(unidade: EUR)

(designação da autarquia local)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	191.773,44
Compras	0,00	218.064,53
Regularizações de Existências	0,00	-7.018,44
Existências Finais	0,00	178.999,12
Custos no Exercício		223.820,41



Município de Mealhada

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2012

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
681	Juros suportados	39.247,80	57.424,78	781	Juros obtidos	143.500,65	50.508,83
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	2.628,82	9.499,51
683	Amortizações de investimentos em imóveis	8.307,13	8.307,13	783	Rendimentos de imóveis	719.103,61	712.170,01
684	Provisões para aplicações financeiras	604,88	34.348,18	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	419,21	329,53	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	362.109,00	348.557,22
	Resultados Financeiros	1.178.763,06	1.020.325,95	789	Diversos	0,00	0,00
		1.227.342,08	1.120.735,57			1.227.342,08	1.120.735,57

Município de Mealhada

Ano: 2012

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	521.387,07	366.584,80	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	8.327,14	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	44,61	794	Ganhos em imobilizações	1.003.467,82	4.200,00
695	Multas e Penalidades	7,69	209,12	795	Benefícios de penalidades contratuais	6.641,33	3.851,65
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	1.985,26	796	Reduções de amortizações e de provisões	75.839,70	4.011,37
697	Correções relativas a exercícios anteriores	50.308,23	87.072,13	797	Correções relativas a exercícios anteriores	56.036,11	125.491,30
698	Outros custos e perdas extraordinárias	859,56	79.808,76	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	235.616,83	242.043,10
	Resultados extraordinários	796.712,10	-156.107,26				
		1.377.601,79	379.597,42			1.377.601,79	379.597,42

Município de Mealhada

Ano: 2012

Unidade: Euros

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

	Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	1.304.317,11	8.832,08	12.393,96	1.300.755,23
292	Provisões para riscos e encargos	140.894,14	21.126,61	63.399,14	98.621,61
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	1.238,08	0,00	1.238,08
49	Provisões para investimentos financeiros	34.348,18	604,88	46,60	34.906,46